



ARQUEOLOGIA INSTITUCIONAL

O arqueólogo e historiador André Pena Granha chama a atenção sobre o papel da Arqueologia Institucional no conhecimento do nosso passado, à vez que nos mergulha no mundo das *trebas* galaicas, unidades arredor das que se organizava o povo da Gallaecia nos tempos pré-romanos.

CRIAÇOM

Neste mês, na secçom de criação, Susana Sánchez Arins achega três poemas sob a epígrafe **Velhice e política**. E será que estas duas cousas tenhem tanto em comum?

CINEMA

Xan Gómez Viñas achega-nos ao *Equipo 64*, um grupo sediado na capital galega e inserido no tecido associativo da cidade que realizou na década de sessenta documentários como *Malpica*, *Pórtico de Compostela*, *Camiño de Compostela* ou *Catro Prazas*.

EM TEMPOS

Um exemplo de arqueologia institucional

André Pena

A Arqueologia, per se, não poderia revelar na *Gallaecia* a existência duma sozinha *treba*, “tribo, bisbarra”, a instituição territorial básica dos celtas da Europa Atlântica. O ingresso à organização social pré-romana da Gallaecia precisa, como se quebra a dura casca para aceder a uma noz, fundamentada, na História Comparada do Direito, na Etnologia, na Lingüística Comparada e na História Comparada das Religiões, entre outras, duma ferramenta ou disciplina especial, a Arqueologia Institucional – AI, desenhada em Narom em 1992, capaz [detectando a reiterada agrupação de itens que desvendam uma instituição] de elaborar *promptemas*.

Há vinte anos, a AI mostrou pela primeira vez o carácter dos territórios celtas atlânticos das Idades do Bronze e do Ferro, da *Kalitia* ou *Gallaecia*: *toudos* ou *trebas* com quase cem castros cada um em seu interior compartilhando nome e organização ao longo da Europa, como *Brigantini*, *Neme-*



tati, Belgae, Cantref/ Contrebiae/ Contributi, [*Narom I (1991); II (1992)], / *Attributi*, etc., e como, sendo berço das atuais comarcas, chamando-se terras ou comissos na Idade Media, se mantiveram intactos durante e depois da dominação romana.

Descansando o sistema em três *ordines* “ordens” ou classes sociais: 1.º **BELLATORES** (*nobiles*) os que mandam nos homens e na guerra. 2.º **ORATORES**: “os que rezam”, e mandam nas consciências: 3.º **LABORATORES** “trabalhadores e camponeses”,

que sustentam os anteriores grupos. Sobrevivendo à romanização a organização feudo-vassalática pré-romana, chegou intacta à Idade Media.

O verdadeiro poder da *treba* descansa no *durvede*, “druída”, responsável por quase todo o trânsito jurisdicional e institucional. O *durvede* investe o príncipe ou rei [*bellatores*] da tribo sobre a particular *Stone of Destiny* galaiça, chamada *trebo-pala* [pala, “pedra”, da *treba* ou tribo] ou *crougin-toudadigo* [*crougin* “croio, pétreo altar”, *toudadigo*,

“Teutático”, do Estado.

Para o antiquado modelo arqueológico em vigor, define a cultura do Noroeste uma forma habitacional, supostamente exclusiva nossa, a Briga “castro”, um recinto fortificado, bem defendido por fossos e terraplenos como amotra a espetacular imagem do artista especializado em reconstrução arqueológica Carlos Alfonso.

Para a Arqueologia Institucional, a *briga* ou castro responde a um comum modelo Atlântico, de hábitat na Europa Celta insular, Ilhas Britânicas, e continental,

Para a arqueologia institucional, a ‘briga’ ou castro responde a um comum modelo Atlântico de habitat na Europa Celta insular e continental

Bretanha, etc. O castro da Europa atlântica é a Casa [Lat. *domus* locat. *domo*, “Casa nobre celta”] do *dominus*, “senhor (do castro)”, “pequeno Fidalgo local”. O Senhor do castro é um *gassaliano* “vassalo” “do rei ou príncipe da *treba* e mora *intra muros* na *briga* com os seus camponeses, cada um em sua casa. Uma casa, como se vê na ilustração, composta de quartos separadas com pátio.

André Pena, Doutor em Arqueologia, é Decano do Instituto Galego de Estudos Celtas, arqueólogo da Câmara Municipal de Narom.

*<http://www.calameo.com/read/00129295754f931ea1d4a>



“O património é defendido pelas comunidades locais quando o consideram útil para a vida”

Manuel Gago, jornalista, divulgador histórico e arqueológico e autor de ‘Herdeiros pola forza’

Rubén Melide e Antom Paços

Manuel Gago Mariño (Palmeira, Ribeira, 1976) é jornalista e professor da Universidade de Santiago de Compostela. Para além destes aspetos da sua vida, o nosso entrevistado é um dos maiores divulgadores do nosso país no que diz respeito à arqueologia, história e património. Através do seu blogue *Capítulo Cero*, Gago desvendamos realidades que, apesar de estarem à porta das nossas casas, muitas vezes permanecem ocultas. Conversamos com ele arredor da sua obra *Herdeiros pola forza*, cuja autoria partilha com o arqueólogo Xurxo Ayán.

Da vossa obra parece desprender-se a tese de a comunidade arqueológica estar empoleirada numha posição de superioridade que margina a sociedade civil e as comunidades locais dos saberes históricos e arqueológicos. Parece que se fai precisa umha democratização do conhecimento. É isto assim?

É. E deve-se, em certa maneira, à peculiar relação entre técnicos e sociedade que se dá na Galiza. A relação entre arqueologia e sociedade noutras partes da Europa é mui diferente, porque procede de países com umha cultura democrática muito mais evoluída do que a nossa. Nós saímos dumha ditadura, e isto fai com que se dê um paradoxo: nos anos setenta, surge na Galiza umha sociedade civil no âmbito patrimonial, como acontece noutras esferas. Na década de setenta, aparecem muitas iniciativas da sociedade civil vinculadas ao património. Nos oitenta, com o Estatuto de Autonomia e a Lei de Património, cria-se umha espécie de casta profissional, sendo as leis as que decidem quem pode agir. Como a lei faculta os profissionais a agirem e estabelecerem limitações sem a necessidade de contactarem com a comunidade local, gerárom-se umha série de inércias absolutamente lamentáveis, que trouxérom consi-



go desconfiança e mesmo ressentimento para com os arqueólogos.

Afirmades também que “o galego de a pé vê nas pedras um estorvo para que a paróquia vaia para diante”. Por que é que no nosso país os jazigos arqueológicos estorvam?

É um tema mui interessante, porque tem a ver com os processos negociados. A cultura galega é umha cultura muito pragmática. Respeita dumha maneira incrível a memória anterior, porque lhe confere umha série de valores. Porém, som uns valores utilitários. A memória que se exprime através dumha pedra ou dum espaço é importante porque é útil para a vida. Eu tenho visto, nos últimos anos, comunidades a defenderem com unhas e dentes o seu património. E isso tem a ver com que, de forma simbólica ou de maneira real, esse património lhes é importante e útil. Entom, o que acontece? Que efetivamente, o património é um estorvo a partir das transformações que viveu este país nas décadas de cinquenta e sessenta e que afetárom a perceção da memória e da identidade. Tudo isto começa a acontecer-nos neste país a partir da emigração pós-franquista. Nesse momento dá-se um processo de rejeitamento e de auto-ódio que tem a ver com a memória. No entanto, a mim o que me está a

“O facto de os arqueólogos poderem agir sem consultarem com a comunidade local trouxe consigo desconfiança e mesmo ressentimento para com a comunidade arqueológica”

surpreender nos últimos anos em que estou a trabalhar com as comunidades locais é que realmente por vezes acontece tudo o contrário: enquanto tiver sentido para elas, as comunidades locais dam um valor importantíssimo ao património.

Qual é o impacto da atual crise económica sobre o nosso património? Vê-se a arqueologia danificada pola redução de orçamentos, ou pola contra a relaxação dos ritmos na construção das infraestruturas representa um alívio para o património?

Obviamente, a crise económica está a afetar de maneira direta a arqueologia da investigação, que é fundamental para este país, porque nos falta tudo por saber. A crise económica está a repercutir na investigação científica e na capacidade que esta tem de divulgar e estender o património a amplas

camadas da população, especialmente as mais urbanas. Os jazigos que fôrom postos em valor nas duas décadas passadas como parte de estratégias que nunca coahárom bem na população vam ser os mais danificados. Estes bens vam sofrer um impacto crítico nos próximos dous anos, porque a população nom os reconhece como parte dos seus referentes.

No sentido contrário, havia jazigos afetados por obras públicas cujo caso terá que ser redefinido. Mas a questão é que se trata dumha situação positiva no sentido da non-destruição de bens. Ou mudamos a mentalidade coletiva ao respeito, ou dentro de dez anos esses bens estarám afetados de novo. Isto foi umha paragem conjuntural, mas se nom conseguirmos umha mudança estrutural a nível da mentalidade coletiva, em dez anos teremos o mesmo problema.

Enquanto a Junta se dedicou à construção de obras faraónicas, a sociedade civil organizou-se para a defesa do património à margem das instituições. Poderias falar em primeira pessoa deste processo?

Por muito radical que poda soar, a Junta foi o principal agente destrutor do património nos últimos vinte anos neste país. O que vemos nos últimos anos é que, frente à administração ou o estado,

que muitas vezes opera de jeito quase totalitário, se pode mudar a reação da administração quando se produz umha mínima oposição popular. Nos últimos anos, está a surgir umha sociedade civil muito mais preocupada polo património. Nom sei a razão, mas um dos detonantes é sem dúvida internet. Antes a gente preocupada polo património podiam ser duas pessoas em cada concelho. Mercê à rede, esta situação mudou na Galiza nos últimos dez anos, e isto sim que é estrutural. Toda esta gente está a se pôr em contacto, intercambiando informação e oferecendo-se soluções mutuamente. E neste momento é muito possível que sejamos pioneiros nisto a nível estatal, o qual muito provavelmente tem a ver com a relação da gente da Galiza com a sua própria memória.

No estado das cousas atual, em que medida tem o arqueólogo a capacidade efetiva de preservar o património?

Para além de ser umha profissão fascinante, o arqueólogo pode ajudar umha sociedade a lhes inspirar um projeto. A nossa sociedade está a se desestruturar: a sociedade agrária tradicional desaparece, mas a sociedade urbana na Galiza também é umha sociedade bastante desestruturada. Entom, precisamos de referentes. E o arqueólogo é umha pessoa que pode ajudar a gente a tomar um sentido do território e dumha certa identidade local. Trata-se de sermos capazes de lhe dar à gente um sentido da unidade. Por exemplo: a Torre dos Mouros em Carnota nom estava presente na memória. Somente o estava na lembrança dos velhos, com a lenda do cavaleiro de ouro. Depois de fazermos umha intervenção ali, de popularizá-la e de trabalharmos com a gente, a Torre dos Mouros foi o tema do Entrudo. De súpeto, tornou-se num referente identitário dessa comunidade. A arqueologia nom deve ser entendida somente como um instrumento para o turismo, porque se a entendermos assim vai fracassar.



A FOTO

Eire Cid

Ficamos educadas na segurança da ficção futura. IKEA. 07:00 AM. Escova elétrica. Ficamos educadas para olhar os Outros como inessenciais e alheios. Líbia. Venezuela. Palestina. Ficamos vencidas na história. 1939. 1977. 1978. 1989. Ficamos anuladas pelos significados hegemónicos. Violência. Terrorismo. Ficamos no Eu do atraso permanente. Ou nom.



CRIAÇÃO

No pólo oposto das construções faraónicas vazias de conteúdo e das homenagens florais descontextualizadas, está a criação. No NOVAS DA GALIZA pensamos que o verdadeiro

activo cultural do nosso país som os galegos e galegas, e com essa ideia inauguramos este espaço de criação. Com cada novo número fornecemos um texto literário para go-

zarmos das nossas letras, num projeto em que todos e todas estades convidados a participar. Escreve para literaria@novasgz.com.

Susana Sánchez Arins é poeta, blogueira e professora. Foi galardoada com o XXI Prémio Nacional de Poesia Pérez Parallé com a obra *[de]construom*, editada por Espiral Maior (2009). Neste mês chega três poemas sob a epígrafe **Velhice e política**. E será que estas duas cousas tenhem tanto em comum?



Velhice e política

política florestal

*pugem uma nogueira para as netas
elas hão comer das suas nozes*

anunciou o avó num jantar de domingo

de quando em vez
nas brincadeiras horta fora
surgia uma voz na espessura
de parras e maturescentes frutas:

*nenas, essa nogueira é vossa
següiredes a comer nozes
quando eu já nom seja*

e nós riamos a tolaría do velho

na últimas das visitas postreiras
faltou verde por cima das telhas:
tia carne decidira fazer lenha

ainda hoje nom lho perdo.

política alimentar

vim a avó chorar quedo só uma vez
andava o corricho doente e fraco

-assim não nos chega à matança.

política assistencial

os aviões passam cada dia
polo céu da aldeia
a sinha mercedes assinala
a ténue linha de fumo
cada dia

aí vem meu sobrinho de miami

mamassunção em aguarda
de que lhe der conversa

um dia o sobrinho de miami chegou

vendeu a casa as cortes os carvalhos
a sinha mercedes morreu encamada
longe da aldeia cada dia
assinalando a fenda que cruza o teto

aí vem meu sobrinho de miami





Falha de transmissão

Valentim R. Fagim

1438, texto com origem em Ourense. "Que o dito que aposte os ditos baños et os alimpe ben, fasta o soo, de todo lixo et lodo que touveren et o tire fora dos ditos baños, en maneira que fiquen ambos a dous ben claros e ben limpos, tirando todas las pedras e lixuria fora dos ditos baños".

1854 - Francisco Javier Rodríguez, Diccionario gallego-castellano, *lixo*: Suciedad, conjunto de polvo, manchita, &. En port. id.

1991 - Um moço de 20 anos que decidiu mudar o guião escrito



para os vigueses para se tornar galego-falante a tempo completo pergunta à sua mãe: queres que baixe o lixo?.

Ela fica chocada e retruca: *lixo* é quando algo se mete no olho, o outro chama-se basura.

2013 - O mesmo moço, agora mais velho, está a jogar à brisca com a sua avó, Chelo, de 95 anos, mãe da sua mãe. Acabada a partida ela pede para o neto limpar o chão e diz-lhe assim: - como vejo tão pouco caíram-me faragulhas de comida e o chão está cheio de lixo.

CINEMA

Equipo 64

Xan Gómez Viñas

“O cinema galego é a consciéncia do seu nada. Já é algo”. Deste jeito encetam, em 1973, as Jornadas de Cinema de Ourense, um espaço para o encontro e o debate em que se tentam sentar as bases que deviam reger o cinema galego. A tentação de negar a validade do relato histórico do cinematógrafo na Galiza irá repetir-se umha e outra vez até os nossos dias, numha sucessom de renascimentos assentes na anulação de manifestações fílmicas prévias. Mas um repasso atento permite detetar, a jeito de ilhas, relevantes exceções que, desde os alvares do cinematógrafo, procuram a criação dumha imagem própria para o país.

Um exemplo tam singular como esquecido é o constituído pelo Equipo 64, um pequeno grupo de filmagem que se forma no tecido associativo compostelano menos acomodaticio. Formado

polo diretor do Cineclub da S.E.U., Ezequiel Méndez, o catedrático de Filosofia e Pedagogia Gonzalo Anaya, e o cineasta amador Enrique Banet –que na altura já se iniciara na realização no Grupo Amador de Cinema (G.A.C.) da Faculdade de Farmácia–, a equipa assina entre 1964 e 1966 um total de quatro documentários entre os quais destacamos, por primeiro, *Malpica* (1965). Esta peça, com 14 minutos de duração, serve-se num inicio das convenções do documentário turístico, com panorâmicas gerais e unha voz em off omnisciente a salientar as bondades da vila bergantinhá. Porém, a câmara atinge asinha total autonomia, encontrando na acidentada orografia do terreno e na morfologia das vivendas motivos geométricos que roçam a abstração. Finalmente, o filme, que podemos denominar de aprendizagem, resolve-se a partir do relação lúdica que o operador estabelece com a própria câmara de cinema, dum jeito que



FOTOGRAMA DE 'MALPICA' (1965, Equipo 64)

lembra as peças iniciáticas do Joris Ivens de *Études de mouvements* (1928). A voz em off, na segunda parte da fita, problematiza o discurso, centrando a ênfase na inevitável tensão que produz a existência humana no meio natural, num retrato da comunidade marinheira que encontra o seu referente fundamental no *Man of Aran* (1934), de Robert J. Flaherty.

Pórtico de Compostela (1965) constitui outro exemplo destacá-

vel. Definida polos próprios autores como um exercício de estilo, a peça procura oferecer umha imagem inédita do Pórtico da Glória, registando os distintos elementos que o compõem de maneira fragmentada e de umha perspetiva horizontal. Para conseguir isto, instalam uns andaimes cedidos pola empresa Fraga (que geria as salas de cinema Metropól, daquela em funcionamento na rua Doutor Teixeira) e obtêm licença de filmagem do

cabido da Catedral, mais só nas horas noturnas. Paradoxalmente, este obstáculo organizativo outorga singularidade visual ao trabalho dos cineastas que, valendo-se duns potentes focos episcópicos, emprestados pola companhia teatral Ditea, oferecem planos mui cuidados no aspeto compositivo, que atingem estilo de seu na imagem contrastada e o claro-escuro.

As peças que completam a obra do grupo, *Camiño de Compostela* (1964) e *Catro prazas* (1966), apresentam um acabamento menor, ficando assimiladas ao cânon do cinema arquitetónico, ainda que a perda da banda sonora, no segundo caso, impeça avaliá-la na sua integralidade.

Mas as possibilidades para os Méndez-Anaya-Banet de se dedicar ao cinema do real de jeito profissional eram escassas na altura e, após oferecerem a sua força de trabalho à TVE e serem rejeitados, o grupo dispersa-se definitivamente, ficando as quatro obras referidas como unha ilha na produção documentária galega da década de 60, cujo testemunho iram recolher na década seguinte os grupos de cinema amador e militante.